

O Congresso renovado

A posse dos deputados e senadores eleitos em 3 de outubro parecia ser a ocasião adequada para assinalar o início do processo de recuperação do prestígio da política e dos políticos junto à opinião pública. Razões para isso não faltavam. De um lado da Praça dos Três Poderes há um presidente declaradamente disposto a romper com a velha maneira de governar, rica em fisiologismo e parca de virtudes administrativas. No outro vértice do triângulo institucional, o País conta hoje com um Judiciário (representado pelo Supremo) aparentemente determinado a exercer em sua plenitude a missão constitucional que lhe cabe. Finalmente, no próprio Congresso, a renovação dos parlamentares num percentual superior a 60% e a ascensão de novos líderes dispostos a reformar as práticas legislativas pareciam viabilizar o esperado ressurgimento da política como atividade digna e essencial à vida civilizada.

Não há razão para incredulidade diante da perspectiva de recuperação da imagem do Congresso, dos partidos políticos edos parlamentares junto à sociedade. Uma postura realista, contudo, há de encarar com preocupação o noticiário de hoje relativo à posse, ontem, do novo Congresso e a outros fatos relacionados com a vida política nacional. Na Câmara dos Deputados, as vaias, a desorganiza-

ção e o comportamento extravagante de muitos dos presentes, inclusive entre os eleitos, criaram um clima que desvirtuou a solenidade. Não se trata de exigir pompa ou protocolo rigoroso, mas sim de rejeitar a carnavalização de um evento sem que ao menos se alcance os encantos da festa popular.

Há outros elementos preocupantes quando se pensa avaliar as perspectivas do novo Congresso. Antes de mais nada, há o fato de que a nova legislatura será uma das mais polarizadas da história republicana — algo negativo, considerando-se que entre as tarefas que caberão aos parlamentares estará a reforma constitucional prevista para 1993. Em parte, a polarização deve-se ao aumento da participação antagônica de empresários e sindicalistas entre os eleitos. Esta espontânea corporativização do Legislativo revela, em si mesma, a descrença dos segmentos sociais frente à prática da representação política. Num segundo momento, o corporativismo tende a demonstrar que raramente o interesse coletivo coincide com a soma dos interesses das partes. Outro componente lamentavelmente presente no atual Congresso recém-empossado é a fragilidade ideológica dos partidos, sua multiplicidade e o demasiado poder de certas lideranças individuais que, como se não bastasse, manifestam uma volubilidade pouco ética.